

Educação Integral: meta hoje e ontem

CASTANHO, Maria Eugênia;
CASTANHO, Sérgio
10.29327/evidencia.v19.i20.a1

“Educar é crescer. E crescer é viver”
Anísio Teixeira

Resumo: O tema aqui apresentado é contemporaneamente atual, complexo e urgente. Analisa o que é educação integral através de seu percurso histórico durante todo o século XX, chegando aos dias atuais. Defende que a formação deve ser integral, isto é, seu enfoque é multidimensional, envolvendo o desenvolvimento de conceitos, linguagens, competências, habilidades, valores, comportamentos e hábitos, visando autonomia dos estudantes e seu projeto de vida. Mostra a necessidade de coragem na luta da educação integral para todos.

Palavras chave: Educação Integral. Percurso Histórico. Formação Integral.

Abstract: The theme presented here is at the same time current, complex and urgent. It analyzes what is integral education through its historical journey throughout the twentieth century, reaching the present day. It argues that training should be integral, that is, its focus is multidimensional, involving the development of concepts, languages, competencies, skills, values, behaviors, and habits, aiming at students' autonomy and their life project. It shows the need for courage in the struggle for comprehensive education for all.

Keywords: Comprehensive Education. Historical Route. Comprehensive Training.

Introdução

Uma vez mais estamos conversando com os leitores da “Evidência”. Desta vez para falarmos de um tema que vem retomando espaço nas discussões sobre como deve ser a educação. Educadores de renome de muitas décadas anteriores lutaram, trabalharam, escreveram sobre a importância e a necessidade de educação integral.

Em primeiro lugar é preciso ficar claro que “educação integral” não é o mesmo que “escola de tempo integral”, embora esta seja um dos pressupostos daquela. Há os que justificam propostas de escola de tempo integral nas redes

de ensino público do país e há os que questionam adesões acríticas a tais escolas. Desde quando se falou em educação integral em nosso país? É importante lembrar que, embora tenha se deslocado hoje para o centro do debate educacional, a educação integral já é velha conhecida de nossos educadores. Imprescindível, claro, discuti-la. Mas sem pensar que estamos descobrindo a roda.

1. O que pressupõe a Educação Integral

A educação integral pressupõe um sistema educacional com uma estrutura completa, baseada numa teoria pedagógica e implementada por uma prática educativa. Seus pilares são a plurilocalização e a multitemporalidade. De modo bem resumido: a educação integral se dá no espaço ampliado que inclui, mas supera as paredes da escola, e no tempo aberto, que inclui, mas supera o calendário e o horário escolares. Muito se poderia dizer sobre outras implicações desse conceito, como por exemplo o currículo ampliado.

Por hora diremos apenas que os autores deste capítulo participaram de V Seminário de Educação Integral de 25 a 27 de outubro de 2022 na cidade mineira de Araxá, apresentando a palestra de encerramento do evento no Centro Universitário do Planalto de Araxá (Uniaraxá). Nessa ocasião, dissemos que “seminário” vem do latim *semen*, *seminis*, que quer dizer “semente”. Portanto, seminário é um sementeiro, o lugar em que se semeia. Estávamos todos ali, portanto, semeando ideias e projetos de uma educação integral.

Continuando na metáfora da semente, reafirmamos o que se havia dito na abertura do Seminário, a saber, que somos todos jardineiros semeando a ideia generosa de formar humanos em todas as suas dimensões: do conhecimento (*ciência*); da solidariedade e dos valores (*ética e axiologia*); e da estética (*arte* como forma de conhecer para mudar através do espaço simbólico).

Precisamos fazer isso o tempo inteiro e em toda parte para que o fruto de nossa sementeira seja uma sociedade humana justa, verdadeira e bela. Precisamos ter *entusiasmo* pela educação integral, (“entusiasmo” em grego significa algo como “deus dentro de nós”).

2. A história da Educação Integral começa em 1932

A Linha do Tempo dos movimentos e marcos legais associados à educação integral no Brasil começa em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e vai seguindo em 1950, 1960, 1980, 1988, 1990, 1996, 2001, 2006, 2007, 2013, 2017 e hoje, 2023. (Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/part-1-o-que-e-educacao-integral.pdf>)

Com suas origens ainda na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, e na década de 1950, com a criação da Escola Carneiro Ribeiro e das Escolas-Parque/Escolas-Classe, por Anísio Teixeira, a proposta de ampliação de tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas da escola ganhou visibilidade. Anísio Teixeira defendia a escola de tempo integral e o enrique-

cimento do programa curricular com atividades práticas, tornando a escola parte da comunidade e conectada à vida. Sua concepção já considerava a indissociável relação escola-comunidade. Para ele, a educação não podia estar limitada ao espaço-tempo da escola, uma vez que a aprendizagem só é possível se contextualizada. Assim, aprendemos a compreender melhor o mundo em que vivemos e atuar na sua transformação. A educação centrada no conteúdo por si mesmo, apartado do contexto, carece de sentido e não desperta o interesse dos estudantes.

Na década de 1980, inspirado no projeto das Escola-Parque de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro idealizou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), durante sua gestão como secretário de Educação no Estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. Ribeiro, trouxe para o centro do debate a necessidade de um programa de Educação Integral. Mesmo tendo como objetivo proporcionar educação, esporte, cultura, assistência social, segurança alimentar e saúde aos estudantes das escolas públicas, o programa ficou marcado pela ampliação de jornada e pela força do projeto arquitetônico, concebido por Oscar Niemeyer.

Desde então, diversas iniciativas de Educação Integral foram implementadas no Brasil, sendo que em 2001 o tema voltou ao debate nacional com a proposta dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), na cidade de São Paulo. Eles foram concebidos como um projeto integrando educação, esporte e cultura, com forte articulação com a comunidade e gestão democrática. A educação integral se fortaleceu mais quando, em 2007, o governo federal instituiu por meio de portaria interministerial, o “Programa Mais Educação” como estratégia de ampliação da jornada escolar e organização curricular na perspectiva da educação integral, inspirado no conceito de bairro-escola, criado pela Associação Cidade Escola Aprendiz e aprofundado como política pública pelos municípios de Nova Iguaçu (RJ) e Belo Horizonte (MG).

O Mais Educação, ação de políticas municipais de educação integral, possibilitou a expansão da jornada e a diversificação das atividades, sem ampliar o espaço físico das escolas ou o número de docentes. O programa passou a reconhecer que educadores populares e demais agentes dos territórios podem criar uma rede capaz de atuar junto aos professores e funcionários das escolas, estabelecendo parcerias com espaços externos que poderiam oferecer uma prática educativa. Essa expansão do território educativo aumentou a conexão entre a escola e o seu entorno, e possibilitou que essas instituições se reconhecessem como parte de um sistema mais complexo, composto por organizações e agentes de educação formal, não formal e informal.

A linha do tempo traz movimentos e marcos legais que afirmam paulatinamente no Brasil a concepção de educação para o desenvolvimento integral como perspectiva de garantia de direitos e superação de desigualdades a partir da escola e da articulação de um território educativo que a alargue e situe: o movimento escolanovista, cujo marco é o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932; a proposta das escolas parque de Anísio Teixeira na Bahia; a proposta de educação popular e os círculos de leitura comunitários de Paulo Freire; a proposta

dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) propostos por Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro; a instituição do direito à educação para o pleno desenvolvimento proposto pela Constituição federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação em 1996; A Política Nacional Mais Educação de indução da ampliação de ofertas curriculares socioeducativas em contraturno escolar; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2010; o Plano Nacional de Educação de 2015 (ampliando e aprofundando o PNE de 2001) e a Base Nacional Curricular Comum de 2017. E tudo isso que parece muito é pouco, se analisarmos as consequências práticas na nossa educação. É preciso que se torne finalidade de governo.

3. O trabalho docente e a Educação Integral

Analisemos as várias dimensões que todos nós temos. Dimensões do conhecimento: *a ciência*. Estamos em 2023, época em que são indispensáveis os consensos sobre princípios de transparência e contra discriminação para que as tecnologias com base em inteligência artificial (IA) sejam direcionadas para uma sociedade que encare a questão da tecnologia de uma maneira ética.

Dimensões dos valores e da solidariedade (*ética e axiologia*). Dentre inúmeros pontos colocados sobre tecnologia, examinemos algumas questões sobre inteligência artificial (IA). Com relação a tais discussões, o pesquisador Callum Cant, (2023) do Oxford Internet Institute, coordenador do projeto Fair Work For All aponta que o “discurso precisa ser colocado em prática para ter IA justa” (p. A21). Mostra que é importante saber se os vieses intrínsecos dessas tecnologias levam à fragmentação social. Completa dizendo que para refletir sobre justiça em IA, é preciso pensar em uma sociedade que encare a questão da tecnologia de modo ético. Conclui que as corporações não tomam decisões por parecerem legais ou parecerem ser boas. Agem para conseguir vantagem competitiva.

Dimensão *estética*. A arte é uma atividade humana de valor cognoscitivo pleno. O pensamento plástico é uma das atividades primeiras do homem, tão fundamental como as outras formas de explorar a realidade. Assim, a arte não é atividade complementar, acessória, mas um dos aspectos para entender a historicidade da sociedade humana. Não é puro eflúvio emocional, pois envolve o ser humano total. Assim, a arte ganha uma nova dimensão, abrindo caminho para novos métodos e processos no âmbito educacional. A intelectualidade da arte é discurso como os demais, já que nela se realizam processos que envolvem todas as possibilidades cognoscitivas (raciocínio, memória, imaginação, abstração, comparação, generalização, dedução, indução, esquematização).

4. Características da Educação Integral

A formação humana é um processo integral, desde o nascimento, é trajetória social e individual. Processo de formação de valores, opções de pensamento e de organização coletiva de acordo com as características de cada pessoa. À edu-

cação integral cabe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social e cultural).

A construção de um projeto educativo inclui gestores, professores, estudantes, famílias e comunidades locais. O significado da escola e da educação para a vida coloca o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, vendo-o como sujeito social, histórico, competente e multidimensional.

A educação integral é inclusiva, reconhecendo a singularidade dos sujeitos. Caracteriza-a a noção de sustentabilidade, comprometendo-se com processos educativos contextualizados e fazendo sempre a interação entre o aprender e o praticar. Reconhece o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes.

Como afirma desde sempre a LDB, imbricar objetivos de desenvolvimento e aprendizagem é defender o direito à construção coletiva, significativa e relevante do conhecimento para os sujeitos e para o mundo contemporâneo. A escola deve criar condições práticas e coerentes para garantir esses direitos.

Formar crianças e jovens nos campos representados pelas disciplinas do conhecimento tem sentido dentro do conjunto de circunstâncias temporais, espaciais e culturais em que se encontra cada escola, cada turma, cada estudante. A contextualização é o primeiro passo para esta construção ativa do conhecimento.

A evolução cognitiva não caminha para o estabelecimento de conhecimentos cada vez mais abstratos, mas, ao contrário, para sua contextualização. Nesse sentido, é possível pensar uma articulação entre duas operações. Primeira: a contextualização inicial do conhecimento através de situações-problema com sentido para aquele que aprende. E a segunda: partindo de uma descontextualização, no sentido de estabelecimento de conclusões e conceitos mais generalizáveis e abstratos, que transcendam a experiência inicial para promover sentido e engajamento na construção do conhecimento à transferência a outros contextos.

Certamente há muitas e variadas formas de estudo e de pesquisa. Por exemplo: Múltiplas linguagens na apresentação dos conteúdos de ensino e de aprendizagem, diversificando e articulando oralidade, imagem, textos, gráficos, vídeo, música, linguagem gestual e corporal.

Várias oportunidades de interação com os conteúdos de aprendizagem para assimilação mais significativa; vários tipos de comunicação entre os estudantes – desenvolver argumentação em duplas, trios, grupos, conjunto da turma, assembleia para debate ou apresentação; descobrir formas de despertar o interesse na atividade de estudo ampliando a capacidade de construir sentidos e significados compartilhados.

5. A avaliação em Educação Integral

Algumas palavras sobre a avaliação, que deve ser contextualizada e estar a serviço de cada território, escola e sujeito. Deve ser instrumento que integra sinergia nos diversos âmbitos responsáveis pela implementação da educação integral e pela aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens. Deve ser multidimensio-

nal, operando de forma conjunta e não fragmentada nas suas categorias (somáticas, formativas e de performance) e dimensões. É formativa, quando construída no tempo e no espaço com diálogo com a comunidade escolar. Por fim, a auto-avaliação que desenvolve a autonomia dos sujeitos pelo exercício da reflexão de suas práticas.

Considerações finais

Podemos ver que é um tema complexo e urgente. Vivemos hoje no país e no mundo um clima de grande instabilidade. Barbara F. Walter (2023), cientista política norte-americana, fala do recuo da democracia e a expansão de guerras civis no mundo. Em entrevista, perguntada sobre que reformas precisam ser feitas, afirma que a coisa mais importante é regular as mídias sociais. Muitas mídias são regulamentadas. Se as pessoas colocarem o que quiserem na internet “é só regular os algoritmos. É só não permitir que as empresas projetem algoritmos que divulguem as informações odiosas e negativas. O que os algoritmos fazem é selecionar informações específicas e disseminá-las quase instantaneamente para milhões de pessoas. Isso não é um direito protegido pela constituição. É aquela citação *liberdade de expressão não é o mesmo que liberdade de alcance*”.

Esse clima pesado assola a todos nós e nos preocupa quanto às nossas crianças e jovens, nos exigindo força e espírito comunitário. Nossas crianças e jovens são o nosso futuro. Falamos em conhecimentos como conceitos, linguagens, competências, habilidades, valores, comportamentos, hábitos e disposições para ter autonomia e projetos de vida. Falamos em enfoque multidimensional que leva a pensar, sentir, se comunicar, experimentar e descobrir o mundo.

Tudo isso a partir dos métodos e linguagens das várias áreas do conhecimento. Da escola para a vida. Tudo isso é dito na perspectiva das diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Por que patinamos desde a década de 1920 para termos crianças e jovens bem formados? Afinal, são eles que dirigirão o nosso país. Que país teremos? Precisamos de coragem para trabalhar e lutar na direção de educação integral para todos. Na direção de um país mais justo e democrático.

Referências

CANT, Callum. ‘Discurso precisa ser colocado em prática para ter IA justa’. **Folha de S. Paulo**, 12 de fevereiro de 2023, p. A21.

CASTANHO, Maria Eugênia. Paulo Freire. **Correio Popular**, 5 de junho de 2019, p. A2.

CASTANHO, Maria Eugênia. **Arte-educação e intelectualidade da arte**. Faculdade de Educação. UNICAMP, 1982.

CASTANHO, Sérgio. Ensino com pesquisa. In: PIERSON, A.H.C.; OLIVEIRA e SOUZA, M. H. A. (org.). **Formação de professores na UFSCAR**. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

CASTANHO, Sérgio. Transformações históricas da escola pública no Brasil ou: como chegamos à escola estatal que temos? In: LOMBARDI, Claudinei e SAVIANI, Dermeval, (orgs.). **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

“MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 65, n. 150, pp. 407-425, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade**. São Paulo: Editora Global, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

WALTER, Bárbara F. “Das facções à guerra civil”. **Folha de S. Paulo**, 12 de fevereiro de 2023, pág. C6.

Sites

<https://educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/+part-1-o-que-e-educacao-integral.pdf>

<https://educacao-integral.org.br>

- Maria Eugênia Castanho - CV: <http://lattes.cnpq.br/3883562938853685>

- Sérgio Castanho - CV: <http://lattes.cnpq.br/0568250454101283>

